

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.799, DE 2024

Institui a Semana Nacional de Educação Cidadã.

Autora: SENADO FEDERAL – JAYME CAMPOS

Relator: Deputado MAURÍCIO CARVALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.799, de 2024, de autoria do Senador Jayme Campos (União-MT), originário do Senado Federal, tem por finalidade instituir a Semana Nacional de Educação Cidadã, a ser realizada anualmente na segunda semana de agosto.

A proposta estabelece que a Semana integrará o calendário nacional com o objetivo de fomentar, promover e reconhecer o papel da educação cidadã na formação de uma sociedade consciente e participativa. O texto define diretrizes claras, pautadas pelo suprapartidarismo e pelo desenvolvimento da consciência crítica, buscando o incentivo ao exercício da cidadania e o apoio ao letramento político como educação para a democracia.

Conforme despacho do dia 27/10/2025, a matéria foi distribuída para a Comissão de Educação, para análise de mérito; para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para verificação acerca da adequação financeira e orçamentária; e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta, ambos conforme o art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito da Comissão de Educação.



A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões, e seu regime de tramitação é prioridade, nos termos do art. 24, inciso II, e. art. 151, inciso II, ambos do RICD.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de proposta meritória do eminente Senador Jayme Campos, que visa instituir a Semana Nacional de Educação Cidadã, a ser realizada na segunda semana de agosto para coincidir estrategicamente com o Dia do Estudante, celebrado em 11 de agosto.

De pronto, somos favoráveis à proposta. A construção de uma democracia sólida e participativa depende, fundamentalmente, do letramento político da população e da compreensão dos direitos e deveres inerentes à cidadania. Como bem argumentado na justificação original e nos debates no Senado, há uma necessidade urgente de aproximar a sociedade das instituições democráticas, combatendo o desinteresse político que atinge uma parcela significativa dos brasileiros.

O projeto acerta ao definir o "suprapartidarismo" e a "consciência crítica" como princípios pedagógicos. Isso garante que a educação cidadã seja tratada como uma política de Estado, e não de governo, promovendo uma formação imparcial, ética e voltada para o bem comum. A iniciativa abarca temas contemporâneos e essenciais, como a ética na política, a inclusão, a equidade de gênero e raça, e a sustentabilidade, demonstrando uma visão integral da formação do cidadão.

Ressalte-se a importância da previsão de parcerias entre o setor público e a sociedade civil, incluindo entidades como a Rede Nacional de Educação Cidadã, que participou da construção do texto. A flexibilidade conferida pelo texto do Senado permite que escolas, universidades e órgãos públicos adotem as atividades de forma orgânica e adaptada às suas



realidades locais, sem impor rigidez burocrática que poderia ferir a autonomia dos sistemas de ensino.

A medida não gera custos obrigatórios ao erário, pois fomenta o uso de estruturas já existentes e a colaboração voluntária para a realização de palestras, visitas e debates. Ao incentivar que crianças, jovens e adultos conheçam o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, o projeto contribui para dissipar a desinformação e fortalecer as instituições.

Diante da relevância do tema para o futuro do País e da qualidade técnica e legislativa da proposta, entendemos que a aprovação da matéria é medida que se impõe para fortalecer nossa cultura democrática.

Pelas razões expostas, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.799, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator

